



## CPI do Banestado define como vai atuar

■ Policiais que trabalharam na investigação das remessas ilegais de divisas via contas CC-5 devem ser os primeiros a depor na CPI criada para apurar as denúncias. O presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros (foto), quer adotar medidas para evitar vazamento de informações sigilosas.

Página 3

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.728 - Brasília, segunda-feira, 30 de junho de 2003

## Reajuste de telefone provoca debate sobre ação da Anatel

■ O reajuste das tarifas de telefonia fixa em níveis superiores à inflação motivou duras críticas de Luiz Otávio, Pedro Simon e João Batista Motta. Eles também discutiram o papel, no episódio, da Agência Nacional de Telecomunicações, que autorizou o aumento. José Jorge defendeu a atuação da Anatel

Página 5

### Técnicos falam de exploração de crianças

Fotos: Geraldo Magela

CPI que investiga o assunto ouve quarta-feira os coordenadores da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial.

Página 3

### Plenário discute medidas do governo Lula

A atuação do governo federal divide opiniões de senadores. O tema é abordado por Arthur Virgílio, Pedro Simon, Lúcia Vânia, Romero Jucá, Leonel Pavan e Antero Paes de Barros.

Página 4



### CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

O presidente do Senado, José Sarney, anuncia hoje a pauta que o Plenário cumprirá no período extraordinário, que começa amanhã.

Página 3

### Valadares quer computador para todo estudante

Projeto de Antonio Carlos Valadares estabelece que o poder público deve garantir aos estudantes acesso a computadores e à Internet. Senador adverte que a exclusão digital é alarmante.

Página 6

### Sibá defende mais recursos para Amazônia

A reserva de parcela do Fundo de Participação dos Estados para unidades com áreas de preservação foi defendida por Sibá Machado. Ele lamentou o crescente desmatamento na Amazônia.

Página 7



## Suplicy critica veto a projeto de Niemeyer

O veto do Conselho Superior do Ministério Público Estadual de São Paulo à construção de um auditório projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer para o Parque Ibirapuera, na capital paulista, preocupou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que defendeu a obra em Plenário na manhã de sexta-feira. Ele informou que o auditório, próprio para espetáculos musicais, poderá ocupar uma área de 4,8 mil metros quadrados, sem prejuízo à área verde do parque.

Suplicy lembrou que a construção do auditório já estava prevista há 50 anos, e que ele só não foi erguido em 1954 por falta de recursos. O senador previu que, quando pronto, o auditório será um autêntico patrimônio arquitetônico e cultural, não somente de São Paulo, mas de todo o país.

– A prefeitura, a imprensa, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico e até a associação dos usuários do Ibirapuera defendem a construção do auditório. Espero que os membros do Ministério Público venham a compreender que a iniciativa da prefeita Marta Suplicy corresponde a um anseio de quem aprecia a cultura em meio ao verde, sem agredir o parque – alertou o senador.

Eduardo Suplicy informou que o Parque Ibirapuera só ganharia com o projeto, já que também está prevista a recuperação de 85 mil metros quadrados com a demolição de construções consideradas dispensáveis. O senador pediu a transcrição nos Anais de artigo do arquiteto Oscar Niemeyer sobre o tema, publicado na *Folha de S. Paulo*.

# Agenda

## CPI da Exploração Sexual ouve palestra de especialistas

Instalada pelo Senado para investigar a exploração sexual de crianças e adolescentes no país, a comissão parlamentar de

inquérito (CPI) tem reunião marcada para a próxima quarta-feira, às 11h. Os senadores deverão ouvir exposição dos

coordenadores da pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial.

## Investigação sobre dólares começa amanhã

A segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, criada para apurar as responsabilidades sobre evasão de divisas do

Brasil por meio de contas CC-5, ocorre amanhã, após a ordem do dia. Presidida pelo senador do PSDB mato-grossense Antero Paes de Barros, a comissão mista

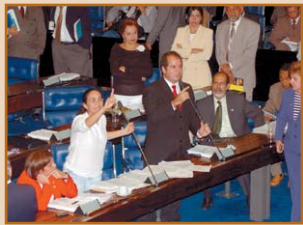
discutirá a agenda dos trabalhos, que não serão interrompidos durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional.

## Sarney e João Paulo recebem Disco de Ouro simbólico

Na quarta-feira, às 12h, será entregue, pela Associação Brasileira dos Produtores de Discos (ABPD), um Disco de Ouro simbólico ao presidente do Senado, José Sarney, ao presidente da



Câmara, João Paulo Cunha, e a outros oito parlamentares, em comemoração à aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei contra a pirataria de produtos fonográficos.



## Atividades do Plenário serão abertas às 14h30

Dedicada a comunicados da Mesa e a pronunciamentos de parlamentares, a sessão de hoje, que tem início às 14h30, servirá também para a

definição da agenda de trabalhos durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional, que começa amanhã.

## Conselho avalia demanda de TV a cabo

O Conselho de Comunicação Social se reúne, hoje, em dois horários: às 10h, a Comissão de TV a Cabo deve discutir, entre outros assuntos, os serviços e a demanda de TV a cabo e de TV aberta. Às 14h, devem ser debatidos o cenário tecnológico nas mídias de comunicação social e a questão da concentração da propriedade dos meios de comunicação social.



## Rádio discute a reforma

O programa *Conexão Senado* discute hoje, das 12h às 14h, entre outros temas, reforma tributária, CPI do Banestado e invasão de terras pelo MST. O programa tem transmissão simultânea pela Rádio Senado FM – 91,7 MHz –, em Brasília e regiões vizinhas, e na frequência de 5990 KHz, na faixa de ondas curtas, 49 metros, para as Regiões Norte e Nordeste.

## TV entrevista cubano

A TV Senado exibe hoje, às 12h30, entrevista com Israel Bayma, diretor de Engenharia da Eletronorte, sobre a Rede Floresta de Inclusão; às 13h, no programa *Cidadania*, o senador Amir Lando (PMDB-RO) e Sérgio Corrieri, ator cubano, falam sobre as relações Brasil e Cuba; e, às 21h30, no programa *Debate Brasil*, o tema é a reforma do Judiciário.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



**GARANTIA Para Botelho, a exclusão do foro nos contratos amplia defesa do consumidor**

## Botelho propõe foro na cidade do consumidor

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) apresentou projeto que considera nula qualquer cláusula de contrato de adesão em que é indicado, pelo fabricante do produto ou fornecedor do serviço, o foro para qualquer ação judicial destinada a resolver problema reclamado pelo consumidor.

A proposta acrescenta um item ao artigo do Código de Defesa do Consumidor que lista uma série de situações em que os contratos serão considerados nulos, por atentar contra o direito do consumidor. Botelho pondera que as cláusulas dos contratos de adesão são preparadas, e impressas, pelo fabricante, com auxílio de seus advogados, e prevêm geralmente apenas uma cidade para ações em caso de reclamação do consumidor.

– Isso dificulta a defesa judicial dos consumidores, em vista da inviabilidade econômica de se deslocarem para a cidade eleita como foro e de contratar advogados ou procuradores em locais que desconhecem – assinala o senador de Roraima. Por conta disso, a maioria das pessoas que aderem a contratos de empresas acabam desistindo de exigir judicialmente direitos feridos. Augusto Botelho informa que os juízes vêm considerando como abusivas as cláusulas de indicação de foro em contratos desse tipo.

Assim, no entendimento do senador, coloca-se na lei o que a Justiça já vem reconhecendo. O projeto cumpre prazo para apresentação de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

## JORNAL DO SENADO

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim

**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos

**1º Secretário:** Romeu Tuma

**2º Secretário:** Alberto Silva

**3º Secretário:** Heráclito Fortes

**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi

**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg

**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.

**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra

**Revisão:** Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo

**Arte:** Cirilo Quartim

**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327

**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670

**Edição:** Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



## SEGURANÇA

## Magno Malta propõe criação de inteligência penitenciária

O senador Magno Malta (PL-ES) apresentou projeto de lei que cria uma divisão de inteligência penitenciária para atuar junto aos detentos de presídios de segurança máxima, considerados mais perigosos, envolvidos ou com suspeita de ligações com organizações criminosas, ou que constituam ameaça à ordem e à segurança da disciplina penitenciária ou da sociedade. A proposta está aguardando apresentação de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e será examinada em caráter terminativo. Se aprovada na comissão, seguirá diretamente à análise da Câmara, a menos que no mínimo nove senadores requeiram deliberação do Plenário.

Segundo a justificativa do senador, todo presídio de segurança máxima do mundo tem uma divisão de inteligência penitenciária. "O que vem acontecendo no Brasil, principalmente no que se refere a rebeliões dentro dos presídios, manutenção dos comandos de ati-



Genildo Alagôla

**ANTECIPAÇÃO** Magno Malta diz que inteligência penitenciária poderia prever confrontos

vidades criminosas e confrontos entre facções rivais, tem como um dos fatores a ausência de um serviço de inteligência desse tipo", afirma.

Magno Malta explica que um corpo especializado de agentes de inteligência penitenciária poderia detectar a deflagração de rebelião ou confronto entre grupos rivais. E acrescenta que essa divisão, pelo fato de estar mais próxima dos presos, também poderia ter mais condições do que a própria polícia para desvendar outros crimes.

## Valdir Raupp pede reforço no combate à droga em Rondônia

Com a comemoração, na última quinta-feira, do Dia Internacional contra o Abuso de Drogas, instituído pela Organização das Nações Unidas, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou o trabalho realizado no país pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (Unodc) para o Brasil e Cone Sul. Mas alertou para o problema dos narcóticos que ainda é intenso em Rondônia e pediu uma maior colaboração do escritório e do governo para resolver a questão no estado.

O parlamentar informou que o Unodc, aliado ao governo, realiza uma série de programas e políticas de combate ao uso de entorpecentes, entre os quais o Programa de Redução da Demanda e da Oferta de Drogas. O projeto é uma parceria do escritório com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, que desenvolve trabalho de prevenção junto às escolas, ao ambiente de trabalho e às populações de risco, incluindo medidas contra o contágio da Aids.

Na opinião do senador, em-



José Cruz

**PROGRAMAS** Segundo Raupp, trabalho realizado é bom, mas pode ser fortalecido

bora o Unodc realize um trabalho eficiente, é preciso intensificar as ações em Rondônia. Segundo ele, o crime organizado, na maior parte estrangeiro, vê nas vastas áreas desabitadas da Região Norte a facilidade de produção de cocaína.

— Conhecidos relatórios das Nações Unidas confirmaram que de fato aquela área, compreendendo grandes espaços de Rondônia, serve à movimentação da quase totalidade da cocaína produzida pela Colômbia, Peru e Bolívia — ressaltou Raupp.

# CPI do Banestado define amanhã roteiro de trabalho

**Primeiros depoimentos devem ser de policiais que atuaram na investigação**

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso Nacional que vai investigar a remessa ilegal de dólares para o exterior votará amanhã seu roteiro de atividades. Os senadores e deputados devem começar ouvindo relato dos policiais que trabalharam na investigação da remessa de cerca de US\$ 30 bilhões por meio de contas CC-5, por intermédio da agência do Banestado na cidade de Nova York.

Também devem ser definidas as regras para o tratamento das informações recolhidas pelos



José Cruz

**PREOCUPAÇÃO** Antero Paes de Barros quer evitar vazamento de informações sigilosas

parlamentares. A preocupação do presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), é evitar o vazamento de informações sigilosas. A comissão funcionará durante o perí-

odo de recesso do Legislativo — todo o mês de julho.

A CPI foi instalada na última terça-feira, quando os parlamentares elegeram o presidente, o vice-presidente, deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), e o relator, deputado José Mentor (PT-SP). Tão logo a mesa da comissão tomou posse, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) pediu a palavra para fazer esclarecimentos sobre as notícias de que teria envolvimento com a remessa ilegal de recursos por meio das contas CC-5.

Bornhausen apresentou certidões, ofícios e expedientes do Banco Central, Banco do Brasil, Procuradoria Geral da República, Banco Araucária e Banestado sobre a inexistência de qualquer registro em seu nome de remessa ou recebimento de valores via contas CC-5. A documentação foi entregue à CPI.

## Coordenadores explicam pesquisa sobre exploração sexual de crianças

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes promove quarta-feira, a partir das 11h, palestra dos coordenadores da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial (Pestraf). O resultado dessa pesquisa serviu de base para a criação da CPI.

Na mesma reunião, serão votados requerimentos, inclusive o de autoria da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), convidando representantes das televisões abertas para discutir a programação que possa estar contribuindo para a sexualização



José Cruz

**CONTINUIDADE** Patrícia adianta que trabalho da CPI vai prosseguir no mês de julho

precoce do público infantil.

Para a palestra, foram convidados a coordenadora nacional da Pestraf, Maria Lúcia Leal; o coordenador nacional da equi-

pe técnica, Wanderlino Nogueira Neto; a coordenadora da Região Centro-Oeste, Estela Márcia Scandola, e a coordenadora da Região Nordeste, Rosário de Maia da Costa Ferreira.

A presidente da CPI, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), disse que o trabalho vai continuar durante o período de convocação extraordinária, em julho. Ela afirmou que a CPI não pretende apenas apresentar um relatório final, mas também agir no sentido de proteger de maneira efetiva crianças e adolescentes. Patrícia adiantou que a CPI realizará audiências públicas nas regiões onde os abusos contra crianças e adolescentes são mais frequentes.



Roosevelt Pinheiro

**ANÚNCIO** Sarney deve informar hoje o que o Senado vai examinar

## Pauta do Senado na convocação extraordinária deve ficar pronta hoje

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), deve anunciar hoje a pauta das matérias que serão examinadas durante o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, que vai de amanhã (1º) até 30 de julho. Na semana passada, Sarney e o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, se reuniram com o presidente Lula para acertar os itens da pauta.

Na Câmara, a convocação servirá para

a discussão das reformas da Previdência e tributária. A pauta no Senado ainda não está definida, mas a tendência é que sejam votados projetos da área de segurança pública. Também pode voltar à discussão a reforma do Judiciário. Durante a convocação, permanecem funcionando a CPI que investiga exploração sexual de menores e a que apura remessa ilegal de recursos para o exterior.



## Pavan teme que a CUT traia passado de luta

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu a inserção nos Anais do Senado do artigo "Lula e a CUT", de autoria de Valdo Cruz, publicado na *Folha de S. Paulo* em 17 de junho. Conforme o parlamentar, a matéria alerta a

Central Única dos Trabalhadores (CUT) para que não traia seu passado de luta.

Valdo Cruz afirma que o presidente Lula trabalhou para eleger Luiz Marinho presidente da entidade por este

ser um metalúrgico mais ligado aos trabalhadores do setor privado. Para Valdo Cruz, hoje a CUT adota uma posição mais colaboradora com o governo.

Segundo o articulista, é mais fácil para os servidores convocarem uma greve como forma de não aceitar proposições do governo, já que o processo de demissão do funcionário público é mais complicado que no setor privado.

## Antero comenta aborrecimento de petistas

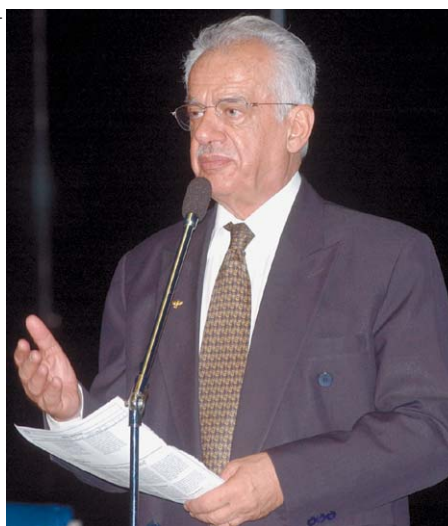
O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) comentou recente matéria da colunista Dora Kramer, publicada no *Jornal do Brasil*, que aborda o descontentamento dos deputados federais do PT com o rumo das relações mantidas entre o governo Luiz Inácio Lula da Silva e a bancada do partido no Congresso Nacional. Antes de discurrir sobre o artigo "Ao vosso reino, nada", Antero observou que "ainda há tempo para o governo abandonar a sua postura autoritária".

De acordo com Dora Kramer, tanto os parlamentares da ala esquerdista quanto os da moderada vêm se queixando de que "o governo só aparece na hora da crise, e para reaprender". O que os parlamentares querem "é interlocução permanente e gestos que não sejam os de apenas vigiar e punir", afirmou. As reclamações têm como alvo o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

# Simon cobra do governo Lula ação social concreta

Senador critica também excessiva oposição do PFL e do PSDB e posturas corporativas

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse na sexta-feira que apóia a maioria das medidas que vêm sendo implementadas pelo governo federal, mas apelou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que sejam efetuadas ações concretas de cunho social. Segundo Simon, essa foi uma promessa de campanha do Partido dos Trabalhadores (PT) e lidera a cobrança popular. Ele aplaudiu o resgate da confiança externa e da estabilidade econômica anunciado recentemente pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, mas disse que essas condições não são



ALERTA Simon afirma que país quer mais que a estabilidade econômica

suficientes para fazer o Brasil crescer.

Para o senador, Lula deve ouvir o alerta do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Geraldo Majella, que também de-

fendeu a aplicação de medidas sociais concretas pelo governo.

Ao analisar a conjuntura política, o senador criticou a excessiva oposição do PSDB e do PFL ao governo Lula, e também as posturas corporativas em relação à reforma da Previdência. Simon recomendou que o Congresso pare de criticar e se preocupe em auxiliar um governo que, segundo ele, "claramente demonstra que não tem experiência em governar".

O senador também criticou o fato de Lula haver anunciado, em conversa com o presidente norte-americano, George W. Bush, que o Brasil endossaria o acordo da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) em 2005.

## Arthur Virgílio destaca advertência de jornal

Editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* criticando a falta de ação do governo e o "tom preocupante" dos discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi elogiado em discurso do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). O parlamentar lembrou as várias vezes em que já foi à tribuna externar o que chamou de "grande preocupação que vai se tornando crônica entre os brasileiros: quando o governo vai começar a transformar em realizações o que vive apregoando, inclusive num palavreado pouco recomendável?".

Virgílio destacou trecho do

editorial que afirma que "o problema é que o tempo passa e o governo continua se exprimindo muito menos por gestos, atos concretos, do que pelos discursos praticamente diários de seu chefe. E esses discursos têm assumido um tom cada vez mais preocupante".

O editorial critica a insistência com que o presidente diz "que ele, à diferença de qualquer outro, não pode errar", insistência que, para o jornal, parece abrigar "um sentimento entre a soberba e a megalomania". Mas a principal carga vem contra o pronunciamento do

presidente na Confederação Nacional da Indústria (CNI). Na ocasião, Lula colocou o Congresso Nacional e o Poder Judiciário ao lado de desastres climáticos para dizer que nenhum deles poderia impedi-lo de fazer o Brasil "ocupar o lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar". Somente Deus, ressaltou o presidente, seria capaz dessa interdição.

O jornal classificou a fala como "prepotência" e comparou o presidente com o rei francês Luís XIV, considerado a personificação do absolutismo.

## Jucá: Executivo prepara crescimento sustentável

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que o governo Luiz Inácio Lula da Silva deve ser parabenizado pelo empenho em garantir expressivo superávit fiscal e por mostrar a consistência e a coerência necessárias à construção de crescimento econômico sustentável, no mais breve espaço de tempo.

Ele afirmou que a determinação do governo federal de cortar despesas vem sendo cumprida rigorosa e eficazmente, de modo a superar as expectativas mais otimistas. "O superávit primário do Tesouro Nacional, de R\$ 19,5 bilhões, foi superior

ao determinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para todo o primeiro quadrimestre do corrente ano, de R\$ 18,8 bilhões."

O parlamentar afirmou que os resultados favoráveis do primeiro trimestre foram confirmados e ampliados com o superávit primário do mês de abril, que se situou em R\$ 9,8 bilhões, totalizando no ano um superávit acumulado de R\$ 24,9 bilhões, ou 4,97% do PIB.

— A obtenção de resultados acima das previsões governamentais e das metas acertadas junto ao Fundo Monetário Internacional permite



DETERMINAÇÃO Para Jucá, desempenho do governo Lula supera expectativas

aumento de gastos no restante do ano, particularmente no segundo semestre, de modo que os recursos sejam direcionados com segurança para áreas sociais e de infra-estrutura prioritárias.



SERENIDADE Lúcia Vânia diz que Lula deve ser mais cordial nos discursos

## Lúcia Vânia pede calma ao presidente

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) sugeriu que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja mais sereno e cordial em seus discursos públicos, pois essas são virtudes essenciais a um governante. Ela se referia à forma como Lula rebateu as críticas que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fez ao governo atual no último dia 16 a um jornal do PSDB.

— Receber e analisar críticas com serenidade é uma virtude que se desenvolve com o tempo e com a experiência, não de uma gestação, mas de uma vida inteira — afirmou a senadora.

Fernando Henrique acusou o presidente Lula de dar continuidade à "herança maldita", forma como os petistas caracterizam a política econômica do governo anterior. Em resposta, o presidente Lula disse que "qualquer um poderia errar e ir morar na França", mas que ele ficaria em São Bernardo. Lula reclamou ainda de ser cobrado, em cinco meses de governo, por alguns pelo que não foi feito em 40 anos.

Para Lúcia Vânia, não se justifica a irritação com que as críticas foram rebatidas. Primeiro, argumentou, porque elas foram feitas a um jornal do PSDB, no âmbito das comemorações dos 15 anos do partido. Segundo, porque o ex-presidente se afastou do cenário político justamente para evitar julgamentos sobre o governo atual. E, finalmente, porque o período de campanha acabou há oito meses. A senadora assinalou que seu partido agiu com serenidade quando aperfeiçoou o sistema do cartão alimentação.

Disse também que o governo FHC corrigiu com rigor técnico a Lei de Diretrizes Orçamentárias, incluindo em seu cálculo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).



## TELEFONIA

O reajuste nas tarifas de telefone fixo foi duramente criticado em Plenário pelos senadores Luiz Otávio, Pedro Simon e João Batista Motta. A atuação da Anatel recebeu apoio de José Jorge

# Luiz Otávio: Anatel desafia o país inteiro

O aumento médio de 25% concedido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) às tarifas de telefonia foi condenado em Plenário na sexta-feira pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Ele disse que a decisão, capitaneada pelo presidente da Anatel, Luiz Guilherme Schymura, afronta as recomendações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro das Comunicações, Miro Teixeira, e merece uma "resposta à altura". O senador afirmou que vai apresentar requerimento junto à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) para que seja feita uma apuração das razões desse reajuste.

– Cara-de-pau, diria, audacioso, esse cidadão que desafia o presidente da República, o ministro e a população inteira. O telefone é um importante



**AFRONTA** Para Luiz Otávio, decisão da Anatel merece "resposta à altura"

instrumento para o funcionamento de todas as instituições da sociedade brasileira. Ninguém pode prescindir dessa forma de se comunicar – declarou o senador.

Para Luiz Otávio, Schymura "comprou uma briga" em favor dos interesses das companhias

telefônicas, esquecendo-se de que o Congresso é responsável por aprovar os nomes dos diretores das agências reguladoras. Além disso, continuou o senador, o Legislativo, por meio da aprovação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), ajudou a levar telefones a todas as localidades do país, que, agora, são atingidas pelo aumento dos preços.

O senador disse que apóia, antecipadamente, qualquer iniciativa do presidente Lula com relação a Schymura, que, na sua opinião, merece "um ato firme e forte". Essa iniciativa, na opinião do senador, deve ter o respaldo do Senado, que tem o poder de fiscalizar as agências.

– Se ele (Schymura) tem man-

dato, foi delegado pelo Congresso. Também podemos tirar o seu mandato. Se entende que pode tomar decisões isoladas como se fosse o dono da verdade contra a população brasileira, sem seguir a orientação política, a hierarquia, tem que saber que não pode desafiar o poder emanado do povo. O presidente deve encontrar uma forma para enquadrar esse cidadão – sustentou.

Diferentemente da Anatel, registrou Luiz Otávio, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acertou percentuais de reajuste com o Planalto. Esse tipo de diálogo, na opinião do senador, é importante, pois, se os serviços públicos começarem a ter aumentos acima da inflação e dos reajustes salariais, vão levar a distorções na economia.

Luiz Otávio também elogiou o ministro Miro Teixeira pela iniciativa de pedir ao Ministério Público e à Controladoria Geral da União que investiguem as concessões de serviços de rádio e televisão que estariam sendo feitas a "empresas de fachada". Ele citou como exemplo rádio de Salinópolis (PA), que seria, de fato, controlada por empresa sediada em Itaipicica da Serra (SP). "Precisamos estar atentos e tratar melhor os assuntos afetos à radiodifusão", recomendou.

## "Nação ficou boquiaberta", diz Simon

O aumento das tarifas telefônicas, concedido na semana passada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), também foi duramente criticado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), no Plenário. Ele disse que as agências reguladoras agem em função dos interesses das empresas, e não defendem o interesse do país. "A nação ficou boquiaberta com o atrevimento da Anatel", disse Pedro Simon.

Em aparte ao senador Luiz Otávio (PMDB-PA), Simon lembrou que o reajuste das tarifas vinha sendo discutido pelo ministro das Comunicações, Miro Teixeira, com a Anatel e as empresas. A idéia era que o aumento fosse parcelado, reduzindo os custos para os usuários de telefones.

– Depois de longos debates, chegou-se ao entendimento de que o aumento seria em três vezes. O acordo foi feito: haveria um primeiro aumento agora; um outro, mais adiante; e outro no fim do ano. De repente, sem mais nem menos, o diretor da Anatel manda um ofício, determinando que o aumento seja feito de uma vez só – disse Simon. Para ele, a decisão da agência reguladora pode ser vista como uma provocação.

### Bem comum

No discurso, o senador mostrou-se preocupado com a atuação de agências como a Anatel. "Temos que fiscalizar essas agências, convocá-las a virem aqui prestar esclarecimentos e, se for o caso, criar uma comissão especial para analisar as prerrogativas delas. A busca do bem comum é um interesse de todos nós, e na busca do bem comum quem decide é o Congresso Nacional e quem executa é o presidente da República." Para Simon, a Anatel é um agente terciário e não pode usar da sua independência "para humilhar o presidente da República, escandalosamente, como aconteceu".

## Em busca de um novo índice

Os reajustes aplicados aos serviços de telefonia fixa têm como base a inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). Uma das principais características desse índice é que ele leva em conta a variação do câmbio no cálculo da inflação, o que faz

com que apresenta resultado superior a outros índices.

Por conta disso, o governo quer que os futuros aumentos levem em consideração outro indicador, como o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Para se ter uma idéia da diferença, em 2002 o IGP-DI acumulou alta de 26,41%,

contra 12,53% do IPCA.

Um dificultador para a mudança é que o uso do IGP-DI consta no contrato de concessão celebrado entre governo e concessionárias logo após a privatização do sistema Telebrás e só pode ser substituído após negociação entre as partes.

## Para Motta, estabilidade não pode ser ameaçada

Para o senador João Batista Motta (PPS-ES), a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu estabilidade ao país, que não pode ser ameaçada por atitudes como a do aumento nas tarifas telefônicas.

– A eleição de Lula trouxe tranquilidade muito grande a este país, principalmente no que diz respeito ao nosso futuro. Com sua determinação, com as medidas tomadas pelo governo, vimos que o risco Brasil caiu, a credibilidade do país aumentou. O presiden-

te começou a vender uma imagem positiva do nosso país – destacou Motta.

O senador se manifestou na sexta-feira, em aparte concedido por Luiz Otávio (PMDB-PA). Em seu pronunciamento, Motta também lembrou as condições das estradas e da falta de investimento em saúde e educação.

– Nossas estradas estão em péssimas condições e todas as obras estão paralisadas. A saúde não tem demonstrado criatividade e a educação continua patinando – afirmou ele.



**COBRANÇA** Motta também reivindica agilidade do governo

## José Jorge vê desgaste do governo

O senador José Jorge (PFL-PE) afirmou, sexta-feira, que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) saiu fortalecida e que o governo sofreu um desgaste desnecessário no episódio do reajuste das tarifas da telefonia fixa em até 41%.

– Há um contrato em vigor, e o que a Anatel fez foi garantir o cumprimento do contrato. É preciso que se entenda que a Anatel não é um órgão do governo, não está sujeita às determinações do presidente da República, é um órgão regulador e que precisa ser independente.

José Jorge lembrou que o contrato prevê um reajuste anual de tarifas, e, como a inflação do ano passado foi mais alta do que o es-



Roosevelt Pinheiro

## ACERTO José Jorge entende que Anatel foi correta ao autorizar o aumento

perado, as empresas apresentaram suas planilhas e a Anatel fez o que se esperava, ao autorizar o aumento.

– O papel da agência no processo foi correto. O que não foi correto foi a atuação do ministro das Comunicações, que tumultuou o processo e levou o governo a um desgaste desnecessário, assim como o presidente da República.

O senador afirmou ainda que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, foi a autoridade do governo mais serena no episódio.



## Maciel pede apoio para centro nuclear do Recife

O senador Marco Maciel (PFL-PE) apelou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, para que mantenham o apoio do governo ao Centro Regional de Ciências Nucleares (CRCN), "a maior

iniciativa científico-tecnológica de toda a história de Pernambuco, que faz do Recife um dos cinco centros nacionais de formação de pessoal em tecnologia nuclear". O centro atua em áreas como medicina das radiações, radioterapia e radiologia.

Maciel lembrou que o governo Fernando Henrique Cardoso e a bancada de Pernambuco "reconheceram a relevância do CRCN para a cultura, a economia e a sociedade do estado". Ele disse que, ano passado, a bancada apresentou emenda prevendo R\$ 9 milhões para a

conclusão de obras da instituição de pesquisa.  
– Agora, uma nova rodada de mobilização, em sintonia com todas as forças vivas da sociedade pernambucana, faz-se indispensável a fim de garantir os recursos necessários à finalização – afirmou.

Célio Azevedo



**EXCELÊNCIA** Segundo Maciel, CRCN atua em áreas como radioterapia e radiologia



Waldemar Rodrigues

**BENEFÍCIO** Projeto de Garibaldi Alves isenta de impostos equipamentos de comunicação

## Garibaldi quer estímulo para radioamadores

Projeto de lei apresentado pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) estabelece isenção dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de equipamentos próprios para radioamadorismo, desde que adquiridos por pessoa habilitada e participante da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (Rener). A rede integra o Sistema Nacional de Defesa Civil.

Garibaldi Alves pondera que os radioamadores prestam grande serviço ao país, especialmente nas regiões onde é precário o sistema de telefonia. O senador lembra que o serviço é importante não apenas durante as calamidades públicas. "Todos nós sabemos que eles passam noites a fio ao rádio quando são encarregados de encontrar um remédio raro ou de pedir socorro para algum acidente", observou.

Conforme o projeto, o radioamador que comprar o equipamento com isenção dos impostos não poderá vendê-lo antes de cinco anos, a não ser que a transferência seja feita para outro radioamador.

A Rener permite a complementação das comunicações no país quando o sistema telefônico não pode ser acionado, em razão de emergência ou calamidade pública.

## Valadares propõe meta para a inclusão digital

■ Senador lembra que mercado de trabalho exige, cada vez mais, conhecimentos de informática

Foi encaminhado à Comissão de Educação (CE) projeto de lei do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que estabelece como dever do poder público garantir aos estudantes acesso a computadores e à Internet, e determina como incumbência da União, em parceria com os estados, Distrito Federal e municípios, a elaboração de políticas específicas e de metas de inclusão digital.

A proposta prevê que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do sistema de ensino, deverão oferecer aos alunos biblio-



Roosevelt Pinheiro

**EXCLUÍDOS** Para Valadares, só pequena parcela de brasileiros tem acesso a computador

teca, laboratórios de ciências e informática, "visando estimular a leitura e democratizar o conhecimento e o acesso a computadores e à rede mundial". O projeto altera a Lei de Di-

retrizes e Bases da Educação e receberá, na CE, decisão terminativa.

### Democratização

Valadares lembra, na justificativa do projeto, que a exclusão digital apresenta "índices alarmantes" no Brasil. Ele cita estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Comitê para a Democratização da Informática, denominado Mapa da Exclusão Digital, segundo o qual o Brasil ainda tem 150 milhões de "sem-computadores".

– O problema torna-se ainda mais gravoso quando atinge a própria condição de trabalho de milhares de pessoas, pois numa época em que o mercado de trabalho exige cada vez mais qualificação profissional, inclusive com conhecimentos de informática, temos um número alarmante de excluídos da informática.

## Conselho debate tecnologia na mídia

O cenário tecnológico nos veículos de comunicação social será debatido hoje, a partir das 14h, pelo Conselho de Comunicação Social – órgão de assessoramento do Congresso –, tendo como palestrante o diretor da Central Globo de Engenharia.

Na mesma reunião, o conselho conclui a discussão do tema sobre a concentração da propriedade dos meios de comunicação social, que tem como expositor o pesquisador da Universidade de Brasília (UnB) Guilherme Canela. O assunto também será abordado pelo sociólogo, jornalista e publicitário Venício Artur de Lima.

Às 10h, a Comissão de TV a Cabo do conselho reúne-se com o grupo de apoio formado por representantes dos Ministérios da Comunicação e da Cultura, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e



Célio Azevedo

**SOLUÇÃO** A Comissão de TV a Cabo do Conselho de Comunicação Social vai apresentar sugestões para resolver os problemas do setor

Social (BNDES), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA) e da UnB. O colegiado tem 60 dias para promover a análise da situação da TV a cabo no Brasil e apresentar sugestões para solução dos problemas do setor.

Entre os temas a serem dis-

cutidos pela comissão estão o relacionamento atual entre os serviços de TV a cabo e aberta; as eventuais demandas do segmento aberto em relação ao serviço a cabo; a definição de objetivos a serem atendidos para ampliar a utilidade social da TV a cabo e da infra-estrutura instalada para possibilitar sua viabilização.

## Arthur Virgílio cobra verbas para Embrapa

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu ao governo federal urgência na liberação de verbas para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Ao informar que pesquisas em desenvolvimento estão sob risco de paralisação, ele disse que o governo Luiz Inácio Lula da Silva vem relegando a instituição a plano secundário, inclusive contingenciando seus recursos orçamentários.

– Não parece justo o tratamento, melhor diria, o descaso do governo para com a Embrapa. Seus técnicos e servidores não se conformam com a insensibilidade governamental que preside o diálogo com suas lideranças no momento em que pleiteiam a restauração dos benefícios a que faziam jus e a um reajuste salarial. Também eu não concordo com tamanha desatenção – afirmou.

Na avaliação de Arthur Virgílio, até o ano passado tudo transcorria bem na Embrapa. Os problemas surgiram a partir da posse do novo governo. Ele acrescentou que o Brasil sofrerá grande prejuízo se o governo Lula continuar a não investir na empresa. Para Arthur Virgílio, a Embrapa é fundamental para o desenvolvimento da agricultura e pecuária do país.



Roosevelt Pinheiro

**PREJUÍZO** Arthur Virgílio adverte que pesquisas estão ameaçadas de paralisação



## IDOSOS

## Paim apresenta ao Senado proposta de estatuto

Diante do que classificou de morosidade da Câmara dos Deputados em analisar sua proposta, apresentada naquela Casa há seis anos, o senador Paulo Paim (PT-RS) submeteu ao Senado projeto de lei que institui o Estatuto do Idoso. O parlamentar anunciou que manteve entendimentos com Sérgio Cabral (PMDB-RJ), autor de proposta análoga, e com o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Demostenes Torres (PFL-GO), para que seja elaborado substitutivo às duas propostas, aproveitando sugestões de ambas.

– O projeto é fruto de debate com amplos setores da sociedade e contempla propostas que não estão no projeto do senador Sérgio Cabral – declarou Paim em Plenário, quando anunciou a apresentação da proposta.

O texto do projeto tem 123 artigos e aborda diversas ques-

tões de interesse das pessoas na terceira idade, como acesso à cultura, à saúde, à educação, ao transporte, à habitação e ao lazer. Paim observou que a proposta leva em conta as condições físicas, intelectuais e psíquicas dos idosos para sua profissionalização e empregabilidade. A ocupação, seja no trabalho ou na educação, afirma o senador, é importante para preservar a sua saúde física e mental.

– O futuro será formado por uma legião de indivíduos mais velhos e, se eles não estiverem preparados para enfrentar a nova realidade, estaremos fadados a viver em uma civilização solitária e totalmente deficiente de direitos e garantias na terceira idade – diz o senador na justificativa de seu projeto.

Paim ressalta que a infância, merecidamente, já tem sua lei própria e, agora, cabe ao Congresso aprovar matéria que priorize também o atendimento especial da sociedade com relação ao idoso.



**PRIORIDADE** Idosos devem contar com lei específica, defende Paulo Paim

Roosevelt Pimenta

## Pesquisa mostra descaso com a terceira idade

A discussão em torno da nova legislação para a terceira idade motivou a Subsecretaria de Relações Públicas do Senado a realizar a pesquisa "O Idoso e a Legislação para a Terceira Idade no Brasil", com o objetivo de identificar a opinião dos usuários do serviço 0800 – A Voz do Cidadão – a respeito do assunto. Foram entrevistados 703 entre os 14.276 cidadãos de todos os estados brasileiros que entraram em contato com o 0800 durante os meses de janeiro a maio de 2003.

A pesquisa revela que as pessoas acreditam que os idosos ainda não têm seus direitos respeitados e mostra dados pouco animadores quanto ao bem-estar deles: 73% dos entrevistados disseram já ter presenciado ou ouvido falar de algum caso de maus-tratos a idosos e, para 20% dos entrevistados, é a própria família que mais des-

respeita os mais velhos. Quanto ao local onde eles sofrem maior desrespeito, 31% apontaram os hospitais. Segundo Ana Lúcia Novelli, responsável técnica do estudo, essa é uma informação preocupante.

– Esse é um número muito duro de encarar. Isso mostra que não é só o poder público, mas a própria sociedade não cuida do idoso. É como se essa pessoa fosse descartada depois de passar da chamada fase produtiva e virasse um peso, um incômodo – observou.

Após a campanha promovida pela novela *Mulheres Apaixonadas*, da Rede Globo, o assunto despertou ainda mais a atenção da sociedade para a questão, e o 0800 teve recorde de ligações. O serviço pode ser acessado pelo número 0800-612211 ou pela Internet, no endereço: [www.senado.gov.br/web/spo/sugestao.cfm](http://www.senado.gov.br/web/spo/sugestao.cfm).

## Sibá defende projeto que beneficia Amazônia

■ Senador quer agilizar proposta que destina parte do FPE aos estados com unidades de conservação

O senador Sibá Machado (PT-AC) fez um apelo em Plenário, na sexta-feira, para que a Câmara agilize a tramitação do projeto de lei apresentado pela senadora licenciada Marina Silva, atual ministra do Meio Ambiente, que destina parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE) às unidades da Federação que possuam reservas indígenas e as chamadas unidades de conservação.

Segundo o senador, esse projeto poderá ser importante instrumento para reverter as altas taxas de desmatamento verificadas atualmente na Amazônia. Os últimos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), divulgados na semana passada, mostraram o avanço do desmatamento naquela região, que cresceu 40% no biênio 2001-2002, quando comparado ao período anterior.

Sibá citou informações da reportagem veiculada na edição de sexta-feira do jornal



José Cruz

**ALTERNATIVA** Sibá destaca que medida poderá ajudar a reverter desmatamento na região

*Folha de S. Paulo*, segundo a qual "a área desmatada subiu de 18,1 mil quilômetros quadrados para 25,4 mil em 2001-2002", o segundo mais alto ín-

dice registrado pelo Inpe desde que o órgão iniciou a medição anual. No governo passado, conforme a reportagem, havia a expectativa de que as taxas de desflorestamento caíssem.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ressaltou que são exatamente essas informações que reforçam a convicção dos que defendem a internacionalização da Amazônia, com a sua transformação em patrimônio da Humanidade. "A Amazônia é patrimônio do Brasil a serviço da Humanidade", disse Simon, que sugeriu ao governo a criação de um ministério para cuidar das questões relacionadas à região.

### Satélite mede área desmatada

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) realiza o monitoramento da floresta amazônica pelo satélite norte-americano Landsat, que mede o crescimento da área desmatada. Entre 2001 e 2002, a área desflorestada cresceu 25,4 mil quilômetros quadrados. Veja o incremento da destruição ano a ano.



## Ana Júlia cobra acordo da Vale com índios

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) fez apelo à Companhia Vale do Rio Doce para que cumpra compromissos assumidos com índios do povo Gavião Parakategê, em cujas terras a empresa construiu uma ferrovia para o transporte de minério de ferro da Serra dos Carajás (PA) para o Porto de Itaqui (MA).

Em discurso na sexta-feira, Ana Júlia apelou também ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que intervenha, a fim de resolver o conflito resultante do atraso de dois meses no repasse de dinheiro pela mineradora à aldeia, referente à compensação pelo uso da terra dos Gavião.



José Cruz

**CONFLITO** Mineradora tem atrasado repasse de verba, diz Ana Júlia

Conforme lembrou a senadora, os índios interditaram o trecho da ferrovia de Carajás que passa por dentro da reserva Mãe Maria, em Marabá (PA).

Ana Júlia leu carta a ela encaminhada pelo procurador da República Sidney Madruga, na qual o representante do Ministério Público relata compromisso da Vale do Rio Doce, datado de agosto de 2002, que prevê a reforma, construção e ampliação de 30 casas na aldeia e que até agora não foi cumprido. Segundo o procurador, os índios estão revoltados com a protelação da empresa e, em reunião no último dia 24, disse ele na carta, a Vale "mostrou-se intransigente e preocupada apenas, como sempre, com números", o que levou os índios a promover a invasão da

ferrovia que atravessa 35 quilômetros de sua aldeia.

O procurador informa ainda que a questão da moradia na aldeia é calamitosa, com casas abrigando mais de seis núcleos familiares, com telhados "a céu aberto" e condições insalubres, "tudo redundando em um alto índice de tuberculose na aldeia".

Depois de ler a carta, Ana Júlia disse que a Vale do Rio Doce não pode desconsiderar a ata da reunião na qual foi fechado o acordo para a reforma e construção das casas. Ela frisou que a companhia tem de respeitar as instituições, lembrou que a ata tem a assinatura do Ministério Público Federal e da comunidade indígena, e afirmou que a construção de 30 casas é algo muito pequeno para uma das maiores mineradoras do mundo.

O pronunciamento de Ana Júlia recebeu aparte do senador Sibá Machado (PT-AC).



# Suplicy quer controle do capital especulativo

Senador sugere ao governo que adote medidas semelhantes às tomadas na Argentina

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou na sexta-feira ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, maior controle sobre o capital especulativo em circulação na economia

brasileira, nos mesmos moldes do adotado pela Argentina, que fixou em 180 dias o prazo de permanência de capitais externos no país.

Suplicy observou que o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) não colocou obstáculo à decisão do presidente Néstor Kirchner, já que esta teria por objetivo atingir uma meta que interessa tanto ao Fundo quanto ao país: a estabilidade da economia argentina.

O senador citou a experiência do país vizinho – que, como observou, faz parte de um elenco de medidas para recuperar com rapidez a economia – ao se mostrar preocupado com o aumento do desemprego no Brasil. Para ele, não basta apenas manter a inflação sob domínio.

No entender de Suplicy, é necessária, além do controle inflacionário, a adoção de políticas destinadas a promover

o crescimento econômico. Somente assim, acrescentou, o Brasil poderá gerar maior número de empregos. O senador expressou a sua confiança "na competência e no talento" do ministro Palocci para dar novos rumos à economia, com reflexos positivos na área social.



José Cruz

**EMPREGOS** Suplicy acha importante adotar logo medidas de crescimento econômico

## Iris questiona se Brasil é uma democracia

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) questionou na sexta-feira, em Plenário, se o Brasil pode ser considerado uma verdadeira democracia, em virtude de problemas como a manutenção da prática de tortura por parte do aparelho policial, denunciada nesta semana em relatório da Anistia Internacional.

– No Brasil, o aparelho policial torturar é fato corriqueiro – lamentou a senadora, ao citar caso recente ocorrido em Goiás, em que um inocente foi torturado até a morte por policiais.



José Cruz

**Iris: mazelas sociais põem em dúvida a democracia**

Iris afirmou que vem de um passado de lutas contra a ditadura militar e questionou se é possível chamar de democracia um país onde muitas pessoas têm acesso restrito à comida, ou em que pessoas mais velhas enfrentam filas para pegar minguada aposentadoria ou ainda em que crianças pedem esmolas nos sinais.

Em apartes, os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e João Batista Motta (PPS-ES) se associaram às preocupações de Iris. Simon destacou que a tortura hoje atinge pessoas pobres e presas. Motta disse que o país tem melhorado, mas ainda há muito a se fazer.

## CAE decide sobre projeto dos royalties

Projeto do senador José Agripino (PFL-RN) que aumenta os royalties pagos aos estados e aos municípios produtores de petróleo deverá ser votado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), estabelece que o valor a ser cobrado a partir do início da exploração comercial de cada campo das empresas petrolíferas corresponderá a 13% da sua produção de petróleo ou gás natural, dos quais 8% distribuídos às unidades da Federação que produzem os combustíveis.

Esse percentual representa um acréscimo de três pontos percentuais sobre os patamares atuais – respectivamente,



**COMPENSAÇÃO** José Agripino quer aumentar valores pagos aos estados e municípios

10% e 5% da produção de cada campo. A diferença de três pontos percentuais é a mesma nos casos em que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) pode reduzir o valor dos royalties, dependendo dos riscos geológi-

cos e de outros fatores como a expectativa de produção de petróleo ou gás. O projeto de Agripino estabelece a possibilidade de, para esses casos, se alterar o limite para até 8% da produção, sendo que atualmente esse teto é de 5%.

Os critérios para a distribuição dos recursos, segundo o projeto, seriam: 70% para os estados produtores, 20% para os municípios produtores e 10% aos municípios onde estão localizadas as instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto ou gás natural.

Ao justificar a proposta, o senador lembrou que as unidades da Federação produtoras de petróleo estão proibidas de cobrar ICMS nas operações interestaduais do produto.

## Demostenes propõe combate ao nepotismo

Já tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO) que proíbe a nomeação de parentes de autoridades para cargos em comissão e funções de confiança. Ele informou que a Constituição já contempla preceito similar, mas observa que a determinação não está expressa com detalhes e clareza que proíbam a prática do nepotismo.

A emenda veda a investidura



Célio Bezerra

**ÊNFASE** Demostenes quer dificultar ainda mais a nomeação de parentes

em cargo em comissão de cônjuge, companheiro ou parente por consaguinidade, adoção ou afinidade, até o terceiro grau. A exceção é para o caso dos parentes que tenham sido aprovados em concurso público, regra que já vale hoje.

Da forma como o texto constitucional estabelece, explicou Demostenes, as funções de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, por sua vez, devem ser preenchidos por servidores de carreira nos ca-

dos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinando-se esses apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

"No entanto, na forma como está redigido, o que está estabelecido é a possibilidade de a lei prever percentuais máximos de imoralidade, pois, a pretexto de prestigiar os servidores da carreira com a exclusividade da nomeação das funções de confiança e um percentual mínimo de cargos em comissão, deixou a porta ainda aberta para o nepotismo", critica o autor, para quem, mesmo que a administração pública tenha que prever a possibilidade de nomeação por critério exclusivamente subjetivo, tal mecanismo não pode ser deturpado com tanta frequência.

## TV Senado debate reforma do Judiciário

A reforma do Judiciário será o tema do programa *Debate Brasil* de hoje, às 21h30, na TV Senado. Foram convidados para o debate o juiz do Tribunal Regional Federal do DF, Fernando Tourinho Neto; o presidente da Associação dos Juizes Federais, Ney Bello; o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Reginaldo de Castro; e o secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Sérgio Renault. Entre os pontos discutidos, estão questões polêmicas, como o controle externo do Judiciário e a morosidade da Justiça.

Em relação ao controle do Judiciário, por exemplo, os participantes do debate concordaram que ele é necessário. Não houve, entretanto, um consenso sobre qual seria a composição do órgão que realizaria essa fiscalização. Tourinho Neto defendeu que membros do Legislativo deveriam participar desse controle. Já o secretário do Ministério da Justiça discordou e disse que isso poderia trazer implicações político-partidárias para a questão.

A reforma do Judiciário está em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. É possível que a proposta entre como um dos itens da pauta da convocação extraordinária do Congresso, durante o recesso de julho. O *Debate Brasil* será reapresentado na sexta-feira, também às 21h30, e no domingo, às 16h.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Luiz Otávio e Sibá Machado e pela senadora Iris de Araújo